

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.526 - SP (2019/0282214-9)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**RECORRENTE** : AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
**ADVOGADOS** : ALESSANDRA SEMMLER MELO - SP366784  
MARIA VALERIA FURLAN - SP373333  
**RECORRIDO** : JOJI YOKOTA  
**ADVOGADO** : ALVARO HENRIQUE EL-TAKACH DE SOUZA SANCHES -  
SP291391  
**INTERES.** : SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE SOCIEDADE  
EMPRESARIA LIMITADA  
**ADVOGADO** : ARMANDO COLTRO ÉVOLA - SP391860

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por AMHPLA COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional, no qual se discute, quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.

A questão de direito foi afetada para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1034), o que impõe a suspensão do presente recurso perante o Tribunal de origem, até a publicação do acórdão paradigma, nos termos do art. 256-L, I, do RISTJ, incluído por meio da Emenda Regimental 24, de 28/09/2016.

Salienta-se, por oportuno, que, após o pronunciamento desta Corte, o recurso especial deve ser analisado na forma prevista nos arts. 1.040 e 1.041, ambos do CPC/2015.

Forte nessas razões, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que permaneça suspenso o recurso até a publicação do acórdão paradigma, nos termos dos arts. 1.036, § 1º, e 1.037, II, ambos do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Ministra